

**TERMO DE CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS N.º 009/2016**

Termo de Contrato de Prestação de Serviços
Contínuos celebrado entre o **Departamento
Estadual De Trânsito – DETRAN/RS** e
**Frederico Antônio Taylor Cardoso –
Gestão Comercial.**

O **Departamento Estadual De Trânsito – DETRAN/RS**, autarquia estadual criada pela Lei n.º 10.847, de 20 de agosto de 1996, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.935.819/0001-03, com sede na Avenida Júlio de Castilhos, n.º 505, na cidade de Porto Alegre/RS, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato, representada pelo seu Diretor-Geral, o Sr. Ildo Mário Szivelski, inscrito no RG sob o n.º 6011481931 e no CPF sob o n.º 234.709.920-53; e **Antônio Taylor Cardoso – Gestão Comercial**, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.290.200/0001-30, com sede em Porto Alegre/RS, na Rua Morano Calabro, n.º 362, Bairro Ipanema, CEP 91.760-580, doravante denominada **CONTRATADA**, empresa representada, neste ato, por Frederico Antônio Taylor Cardoso, inscrito no RG sob o n.º 7049173805 e no CPF sob o n.º 970.237.010-87, celebram o presente Termo de Contrato para a prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira – Do Objeto.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, regendo-se Lei Estadual n.º 13.191/2009, Lei Complementar Federal n.º 123/2006, Lei Estadual n.º 11.389/1999, Decreto Estadual n.º 42.250, Decreto Estadual n.º 42.020/2002, Decreto Estadual n.º 42.434/2003, alterado pelo Decreto Estadual n.º 45.744/2008, Decreto Estadual n.º 50.183/2013, Decreto Estadual n.º 52.716/2015, Decreto Estadual n.º 52.768/2015, Decreto Estadual n.º 52.215/2014 e legislações posteriores e subsidiariamente pelas Leis Federais n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993, e suas alterações e ato convocatório n.º 575/CELIC/2015, que tramita através do processo SPI n.º 867-2444/15-7, as quais as partes sujeitam-se a cumprir, sob os termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Execução de serviços terceirizados para 40 (quarenta) postos de digitadores/preparadores de documentos e 01 (um) posto de supervisor a serem realizados nas instalações do DETRAN/RS em Porto Alegre, conforme Anexo I – Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 A execução deste contrato compreende a prestação dos serviços, pela CONTRATADA, de acordo com o constante no Anexo I — Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 O preço para o presente ajuste é de R\$ 59.200,00 (cinquenta e nove mil e duzentos reais) mensais, totalizando, em 12 meses, R\$ 710.400,00 (setecentos e dez mil e quatrocentos reais), aceito pela CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

CLÁUSULA QUARTA - DO RECURSO FINANCEIRO

4.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do seguinte recurso financeiro:

Unidade Orçamentária: 4401

Recurso: 8000

Atividade/Projeto: 4279

Empenho nº 16001062923

Elemento: 3.3.90.04

Data do Empenho: 08/03/2016

Rubrica: 0401

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

5.1 A repactuação deste contrato será permitida, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, ou da última repactuação.

5.2 A repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, de acordo com a Planilha de Custos e Formação de Preços, justificados e comprovados.

5.3 Caberá à parte interessada a iniciativa e o encargo dos cálculos e da demonstração analítica do aumento ou da redução dos custos.

5.4 Os valores para repactuação de preços do Contrato deverão estar ajustados aos parâmetros referenciais fixados nos Contratos de Serviços de Terceiros – CST, de acordo com a Instrução Normativa DDPE nº 01/2006 (alterada pela IN TE nº 01/2012) e o Decreto Estadual nº. 52.768/2015.

5.5 Os preços dos contratos serão reajustados da seguinte forma:

a) Montante “A”: na forma estabelecida na legislação salarial e no acordo, convenção ou dissídio da categoria, bem como mediante repactuação; e

b) Montante “B”: mediante repactuação desde a data da proposta ou da última repactuação até o mês da prestação dos serviços, sendo que no primeiro período de reajustamento será feita adequação ao mês civil, se for o caso.

5.6 Os custos de instalação e mobilização, no caso de prorrogação contratual, quando couber, deverão ser expurgados para fins de repactuação.

5.7 A proponente poderá apropriar para fins de apuração dos custos a depreciação dos equipamentos, respeitado o fracionamento da vida útil, considerando-se, ainda, o valor residual do bem.

5.8 É vedada, por ocasião da repactuação, a inclusão de benefícios não previstos originariamente.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 A contratante reserva-se o direito de suspender o pagamento se o(s) serviço(s) estiver em desacordo com o previsto neste contrato, sem prejuízo das demais sanções.

6.2 O pagamento do presente contrato será efetuado até o 5º dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços mediante a apresentação da nota fiscal ou nota fiscal fatura, que deverá ser protocolizada até o dia 25 (vinte e cinco) do mês da prestação dos serviços.

6.3 O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação;

6.3.1 Para efeito de desconto de eventuais faltas dos funcionários da CONTRATADA, será considerado o período de 23 do mês anterior a 22 do mês a que se refere à prestação dos serviços.

6.3.2 A protocolização somente poderá ser feita após a prestação dos serviços por parte da CONTRATADA;

6.3.3 O pagamento será efetuado por serviço, efetivamente prestado e aceito.

6.4 É condição para o pagamento da nota fiscal/fatura, o fornecimento dos originais ou cópias autenticadas dos documentos relacionados abaixo, conforme art. 4º e art. 5º do Decreto Estadual nº 52.716/2015, os quais deverão ficar arquivados junto a Contratante:

I. mensalmente:

6.4.1 recibos de pagamentos de salários, inclusive adicionais extraordinário, noturno, horas extras, de insalubridade, periculosidade, conforme o caso;

6.4.2 registros de horário de trabalho (cartões-ponto ou folha-ponto);

6.4.3 guias de recolhimento de FGTS e Relação de Empregados;

6.4.4 recibos de fornecimento de vale-transporte;

6.4.5 guia de recolhimento dos encargos sociais junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS -, referente ao contrato, devendo constar na mesma o CNPJ do contratante e o número, data e valor total das notas fiscais ou notas fiscais faturas às quais se vinculam;

6.4.6 formulário GPS devidamente identificado com carimbo CNPJ do Contratado e preenchido com o valor de 11% sobre o valor bruto da nota fiscal, a título de retenção para a seguridade social, conforme prevê o art. 31 da Lei Federal nº 8.212/91, alterado pela Lei Federal nº 9.711/98, cujo recolhimento da importância junto ao INSS será efetuado pela Contratante, salvo determinação legal em contrário;

II. trimestralmente:

6.4.7 Certidão Negativa que prove a regularidade com o FGTS;

III. semestralmente:

6.4.8 Certidão de Débito relativa às Contribuições Previdenciárias;

IV. anualmente e quando ocorrer o evento:

6.4.9 avisos e recibos de férias;

6.4.10 recibos de 13º salário;

6.4.11 Relação Anual de Informações Sociais - RAIS;

6.4.12 sentenças normativas, acordos e convenções coletivas;

6.4.13 ficha de registro de empregado;

6.4.14 contrato de trabalho;

6.4.15 aviso prévio, pedido de demissão, e termos de rescisão de contrato de trabalho;

6.4.16 autorização para descontos salariais.

6.5. Caso o serviço não seja prestado fielmente e/ou apresente alguma incorreção será considerado como não aceito e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização.

6.6 Na fase da liquidação da despesa deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS, para fins de comprovação do cumprimento da redação contratual estabelecida nos termos do disposto no artigo 55, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/1993;

6.7 Fornecer mensalmente, juntamente com a nota fiscal de serviços, os comprovantes de pagamento dos salários e de recolhimento das contribuições sociais (FGTS e INSS) pertinentes aos seus empregados alocados aos serviços objeto deste contrato, bem como os demais documentos nesta Cláusula, como condição à percepção mensal do valor faturado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA INDENIZAÇÃO

7.1 Os valores do vale-refeição e vale-transporte, constantes do montante "C" serão indenizados pelo efetivamente dispendido pela Contratada, ou seja, a diferença entre o valor facial do vale-refeição e/ou preço da passagem e o que for descontado do empregado, multiplicado pelo nº de beneficiários, conforme demonstrativo dos custos dos vales-refeição e transporte, que deverá ser entregue juntamente com a nota fiscal e/ou nota fiscal fatura.

7.1.1 A administração Pública Estadual poderá solicitar, a qualquer momento, a comprovação dos valores lançados no demonstrativo.

7.1.2 O valor do vale-refeição estará limitado ao que é pago aos servidores públicos e sofrerá alteração pelos mesmos índices e periodicidade do funcionalismo público estadual ou de acordo com o estipulado em dissídio coletivo da categoria.

7.1.3 O vale-transporte estará limitado ao custo da passagem.

CLÁUSULA OITAVA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

8.1 Os valores do presente contrato não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento, *pro-rata die*, pelo Índice Geral de Preços - Mercado/IGP-M.

CLÁUSULA NONA - DOS DESCONTOS

9.1 A inexecução dos serviços do presente contrato decorrentes do não suprimento de faltas, atrasos ou antecipações nas saídas dos empregados da Contratada será descontado do preço estipulado, da seguinte maneira:

Montantes "A" + "B"

Desconto = ----- x horas a descontar

Dias úteis/mês x horas dia útil

9.2 Considera-se dia útil para fins desta cláusula os dias em que há previsão de prestação de serviço.

9.3 Os valores referentes ao vale-refeição e vale-transporte - Montante "C", que forem descontados dos empregados deverão ser compensados no demonstrativo dos custos dos vales-refeições e transporte.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

10.1 As antecipações de pagamento em relação à data de vencimento, respeitada a ordem cronológica para cada fonte de recurso, terão um desconto equivalente à de 0,033% por dia de antecipação sobre o valor do pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS PRAZOS

11.1 Os serviços terão início no prazo de até 05 dias a contar do recebimento da autorização de serviço e serão executadas de acordo com o edital, a proposta vencedora da licitação e as cláusulas deste instrumento.

11.2 A autorização de serviço somente poderá ser emitida após a publicação da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado.

11.3 O prazo de duração desta contratação será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da súmula do contrato, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, através do respectivo termo aditivo, nos termos do que dispõe o art. 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93 e legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1 A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

12.2 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, somente será aceita se assegurar o pagamento de todos os eventos abaixo:

- a) a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) b) prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou de dolo durante a execução do contrato;
- c) c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada;

12.3 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada no BANRISUL em conta específica com correção monetária, em favor do contratante

12.4 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento)

12.5 O atraso na apresentação da garantia autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1 Executados os serviços e estando os mesmos de acordo com o previsto no edital de licitação, na proposta, nas cláusulas contratuais e, ainda, observada a legislação em vigor, serão recebidos pela contratante mediante atestado do responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

14.1 Dos Direitos

14.1.1 Da CONTRATANTE:

- a) receber o objeto deste contrato nas condições avençadas;

14.1.2 Da CONTRATADA:

- a) perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

14.2 Das Obrigações

14.2.1 Da CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) fiscalizar a execução deste contrato conforme disposto no art.67, da Lei Federal 8.666/93;
- c) Designar formalmente um servidor do quadro permanente, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da CONTRATADA para com os empregados envolvidos na prestação dos serviços.

d) Instituir e manter um cadastro de todos os empregados que prestarem serviço nas suas dependências, bem como entrevistar os empregados nos termos do artigo 3º § § 1º e 2º, e do § § 1º e 2º do art. 5º, do Decreto Estadual nº 52.716/2015, e

e) Dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

14.2.2 Da CONTRATADA:

a) Prestar o serviço na forma ajustada;

b) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

c) Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais adequados;

d) Responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados durante a execução dos serviços, sendo de sua exclusiva responsabilidade a organização da "CIPA", quando for o caso;

e) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial encargo social, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

g) Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

h) Responder diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

i) Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e da legislação social, previdenciária, trabalhista e comercial, decorrentes da execução do presente contrato;

j) Efetuar o pagamento dos salários, encargos sociais e trabalhistas de seus empregados nas datas determinadas pela legislação em vigor;

k) Entregar ao funcionário os vales-refeições e os vales-transportes até o 1º dia útil do mês em que os mesmos serão utilizados em número suficiente para os dias úteis do mês;

l) A mão de obra especializada para à execução dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA;

m) A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

n) Permitir a CONTRATANTE a fiscalização, a vistoria dos serviços e o livre acesso às dependências, bem como prestar, quando solicitada, as informações visando o bom andamento dos serviços;

o) Manter o registro de seus empregados devidamente atualizados e efetuar o controle da jornada de trabalho no respectivo local de prestação dos serviços;

- p) Fornecer lista com número do documento de identidade de seus empregados alocados para prestação dos serviços objeto deste contrato, juntamente com cópia do contrato de trabalho de cada um dos empregados, bem como do respectivo registro do contrato de trabalho no livro de registros na CTPS;
- q) Apresentar, antes do início das atividades, relação do pessoal a ser alocado nos respectivos serviços, com dados pessoais de identificação rigorosamente atualizada, e mantê-los identificados com crachás para controle de sua permanência nas dependências do local da prestação dos serviços;
- r) Prestar os serviços discriminados, nos horários estabelecidos pela CONTRATANTE, utilizando-se da melhor técnica para sua execução;
- s) Destacar elementos para execução dos serviços de forma criteriosa para que estes não sofram qualquer solução de continuidade ou redução de qualidade e quantidade, e providenciar a substituição de qualquer empregado julgado inconveniente ou que se mostre inapto às tarefas inerentes à execução contratual;
- t) Fazer-se representar no local da prestação dos serviços por preposto aceito pela Administração com a atribuição de atualizar e manter sob sua guarda e responsabilidade os registros dos empregados, coordenando e fiscalizando a execução dos serviços e o cumprimento das normas disciplinares, de segurança e legislação pertinentes;
- u) Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórias à disciplina do Serviço Público;
- v) O comprovante de pagamento salarial deverá conter a identificação da empresa, a discriminação detalhada das importâncias pagas e descontadas, os recolhimentos fundiários, além dos demais elementos indicados na legislação trabalhista e na norma coletiva da categoria profissional;
- w) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços contratados;
- x) Atender integralmente o Anexo I – Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1 A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

16.1 Este contrato poderá ser rescindido de acordo com os artigos 78 e 79, Lei federal nº 8.666/93.

16.2 A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

17.1 No caso de infringência aos regramentos deste contrato, uma vez não sendo considerada satisfatória a justificativa apresentada pela CONTRATADA, serão aplicadas penalidades, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, artigo 28 da Lei Estadual nº 13.191/2009, bem como Decretos Estaduais nºs 42.250/2003, 52.215/2014 e 52.768/2015, tudo em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados.

17.1.1 Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades;

17.1.2 Multas sobre o valor total atualizado do contrato:

a. entrega de material fora do prazo estipulado neste edital: 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor da parcela até o limite de 20 (vinte) dias, após o qual poderá haver rescisão contratual;

b. descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente, inexecução parcial, execução imperfeita ou negligência na execução do objeto contratado: até 5% (cinco por cento) sobre o valor total atualizado;

c. inexecução total do acordo: até 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado;

d. atraso da contratada na retirada do material rejeitado, após o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de comunicação da recusa: 1% (um por cento) do valor do material questionado, por dia de atraso;

17.1.2.1 As multas moratórias previstas nos itens acima são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

17.1.2.2 A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento), sobre o valor total atualizado do contrato, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

17.1.3 Suspensão, sendo descredenciado e ficando impedido de licitar e de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais, o licitante que:

a. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

b. falhar ou fraudar na execução do contrato;

c. comportar-se de modo inidôneo;

d. fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

17.1.3.1 A suspensão temporária ensejará a rescisão imediata do contrato pelo Ordenador de Despesas.

17.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, feita pelo Secretário de Estado, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.2 Para aplicação da penalidade de inidoneidade o prazo de defesa prévia do interessado será de 10 (dez) dias a contar da abertura de vista.

17.3 Para aplicação das demais penalidades, o prazo de defesa prévia do interessado será de 5 (cinco) dias úteis a contar da abertura de vista.

17.4 Das penalidades de que trata esta cláusula cabe recurso ou pedido de representação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, bem como pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme o caso.

17.5 A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e não terá caráter compensatório.

17.6 A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar danos, perdas ou prejuízos que a sua conduta venha a causar ao Estado.

17.7 As multas deverão ser recolhidas, através de depósito na conta corrente nº 03.235.601.0-1, do Banco Banrisul, Agência nº 0100, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação do CONTRATADO, podendo a CONTRATANTE descontá-la na sua totalidade, da fatura ou do saldo remanescente relativo à avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA EFICÁCIA

18.1 O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Fica eleito o Foro de Porto Alegre para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

19.2 E, por estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente Contrato em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Saudir Luiz Filimber
Diretor-Geral Adjunto
DETRAN/RS

Ildo Mário Szinvelski

Diretor-Geral - DETRAN/RS

Porto Alegre, 17 de março de 2016.

Frederico Antônio Taylor Cardoso

Frederico Antônio Taylor Cardoso – Gestão
Comercial

TESTEMUNHAS:

Nome: *Fernanda Mantovani*

CPF: *017.734.050-98*

RG: *2103116071*

Nome:

CPF:

RG:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. Do Objeto

Contratação de 41 (quarenta) postos de serviços, conforme tabela a seguir:

Posto	Descrição	Quantidade
A	Digitador/preparador de documentos	40
B	Supervisor	01

1.1. A Contratada deverá apresentar a convenção coletiva ou sentença normativa que rege o Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados no Estado do RS - SINDPPD/RS.

2. Especificações Técnicas

2.1 – Requisitos e Atribuições do Posto “A”: Digitador/preparador de documentos:

- Ensino médio completo e noções de informática;

2.1.1. Este requisito mínimo justifica-se tendo em vista as atividades a serem desempenhadas pelo respectivo posto.

2.1.2. Atribuições do Cargo (posto):

2.1.2.1. Verificar o conteúdo e a finalidade dos documentos recebidos pelos correios ou em mãos, baseando-se no sistema a ser empregado para estabelecer a ordem das informações a serem digitadas;

2.1.2.2. Organizar os documentos, agrupando-os em lotes e numerando-os, para possibilitar maior segurança na execução do trabalho;

2.1.2.3. Operar o computador e equipamentos de informática para a satisfatória realização dos serviços e interpretar as mensagens fornecidas pela máquina para efetuar a detecção dos registros incorretos e adotar as medidas adequadas ao sistema;

2.1.2.4. Arquivar os documentos, classificando-os de acordo com as normas preestabelecidas, para possibilitar o controle de serviço e consultas posteriores.

As atividades deste posto estão de acordo com as descritas para o cargo de digitado, código CB0:3-42.40, Ministério do Trabalho.

2.2 – Requisitos e Atribuições do posto “B”: Supervisor

2.2.1. Requisitos mínimos exigidos: Ensino médio completo e noções de informática;

- Este requisito mínimo justifica-se tendo em vista as atividades a serem desempenhadas pelo respectivo posto.

2.2.2. Atribuições do Cargo (posto):

2.2.2.1. Supervisionar a execução das tarefas pertinentes aos operadores de computadores, no tocante a elaboração de relatórios gerenciais, controle, auxílio, suporte e monitoria à execução das tarefas referentes a digitadores/preparador de documentos e operadores de computador.

2.2.2.2. A execução do posto abrange a função de supervisão, cabendo ainda:

2.2.2.2.1. avaliar o desenvolvimento das tarefas,

2.2.2.2.2. promover ações que assegurem o alcance dos objetivos almejados;

2.2.2.2.3. orientar e/ou executar o detalhamento de rotinas de trabalhos em geral;

2.2.2.2.4. responder pelo trabalho de seus colaboradores, orientando nas tarefas a serem executadas e/ou em execução;

2.2.2.2.5. garantir a qualidade nas tarefas, de acordo com os padrões e normas definidas pelo DETRAN/RS;

2.2.2.2.6. repassar o conhecimento adquirido, em tarefas, aos operadores que venham a desempenhá-las;

2.2.2.2.7. orientar seus subordinados quanto a normas e procedimentos a serem adotados durante o exercício de suas funções;

2.2.2.2.8. assegurar o cumprimento, pelo seus subordinados, de todas as regras de disciplina vigentes no local de trabalho;

2.2.2.2.9. exigir que seus subordinados se conduzam com zelo, garantindo o sigilo e a confidencialidade acerca das questões relativas ao trabalho;

2.2.2.2.10. supervisionar a efetividade dos funcionários da contratada, responsabilizar-se pelos registros da entrada e saída, bem como controlar as férias, licenças, dispensas e demais assuntos pertinentes a relação trabalhista, atuando como ponto de ligação entre a empresa e o DETRAN/RS e a empresa e seus funcionários.

2.3 – Da Jornada de trabalho dos postos de serviços

2.3.1. O horário de trabalho dos postos de serviços, intervalos e a jornada semanal dar-se-ão nos seguintes termos:

2.3.2. Os 40 (quarenta) postos de Digitador/Preparador de Documentos trabalharão 6 horas diárias de segunda a sexta-feira, em dois turnos de seis horas cada, entre 07 e 19h. O primeiro turno das 7h às 13h e o segundo turno das 13h às 19h, ambos com 15 minutos de intervalo.

Postos	Quantidade	Entrada	Intervalo	Saída	Jornada Semanal
A – Digitador/preparador de documentos	20	7h	10h – 10h15min.	13h	30h
A – Digitador/preparador de documentos	20	7h	15h – 15h15min.	19h	30h

2.3.3. O 01 posto de Supervisor trabalhará 8 horas diárias de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h, com 1 (uma) hora de intervalo.

Postos	Quantidade	Entrada	Intervalo	Saída	Jornada Semanal
B - Supervisor	01	9h	12h – 13h.	18h	40h

2.3.4. Conforme necessidade do serviço e conveniência do contratante, novos turnos poderão ser abertos, bem como os horários aqui estabelecidos alterados. Neste caso, a CONTRATADA será comunicada previamente.

2.4 – Do local da prestação dos serviços:

2.4.1. A execução deste contrato compreende a prestação dos serviços, pelo CONTRATADO, nas dependências do DETRAN/RS, na cidade de Porto Alegre, nos seguintes endereços: Rua Voluntários da Pátria, 1358; Av. Aparício Borges, 2264; Av. Julio de Castilhos, nº 505.

2.4.2. Os postos serão distribuídos nos setores do DETRAN/RS, conforme segue:

Setor/Área	Quantidade	Posto
Divisão de Infrações	12	A – Digitador/preparador de documentos
Divisão Administrativa - Protocolo	22	A – Digitador/preparador de documentos
Divisão Administrativa - Protocolo	01	B - Supervisor
JARI	02	A – Digitador/preparador de documentos
CETRAN	04	A – Digitador/preparador de documentos

2.4.2.1 - Conforme necessidade do serviço poderá haver remanejamentos de postos de serviços, provisórios e/ou permanentes, nos endereços do CONTRATANTE. Neste caso, a CONTRATADA será comunicada previamente.

2.5 – Do controle de Frequência Funcional

- 2.5.1. - O controle de frequência dos funcionários deverá obedecer as seguintes condições:
- 2.5.2. - a empresa contratada deverá manter o registro de seus empregados devidamente atualizados;
- 2.5.3. - o controle de jornada de trabalho dos funcionários deverá ser feito no respectivo local de prestação dos serviços, por meio de ponto eletrônico;
- 2.5.4. - o ponto eletrônico deverá ser disponibilizado pela empresa contratada, bem como, toda e qualquer manutenção ao equipamento que se fizer necessária, em cada prédio que houver digitador;
- 2.5.5. - a implementação e utilização do ponto eletrônico deve obedecer a Portaria 1.510/2009 do Ministério do Trabalho e Emprego;
- 2.5.6. - a contratante terá acesso a todas as informações referentes à frequência funcional.

2.6 – Do Uniforme

- 2.6.1. A Contratada deverá fornecer aos funcionários um kit de uniforme social. A exigência este item justifica-se já que a imagem de quem contata com o usuário é fundamental para a imagem e notoriedade da CONTRATANTE e da CONTRATADA.
- 2.6.2. Deverá ser confeccionada com material de qualidade, extrema resistência e durabilidade, contendo: 2 camisas manga curta, 2 camisas manga longa e 1 blusão e 1 jaqueta.
- 2.6.3. O uso do uniforme é obrigatório no local de prestação de serviço dos postos citados, ficando vedado outro tipo de vestimenta.
- 3.4 A CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, no local de prestação do serviço, não podendo repassar os custos de qualquer dos itens a seus empregados, sendo responsável pela confecção e disponibilização.

2.7 – Do Cartão de Identificação

- 2.7.1. A Contratada deverá manter todos os seus funcionários identificados com cartão de identificação, para permanência nas dependências do local da prestação dos serviços, garantindo maior controle, organização e segurança, podendo ser utilizado para controle de acesso, controle de ponto ou apenas identificação funcional.
- 2.7.2. Deverá ser produzido com material de extrema resistência, flexibilidade, durabilidade, contendo: a) Cordão utilizado como suporte para o cartão de identificação; b) Fotografia recente; c) Nome completo do empregado;
- d) Função; e
- e) Razão social da Contratada.